

O pensamento neoliberal e a lógica capitalista enquanto aspectos determinantes na economia e na desigualdade social no Brasil

Neoliberal thinking and capitalist logic as determining aspects in the economy and social inequality in Brazil

Pedro Eduardo Duarte Pereira
Dafiana do Socorro Soares Vicente Carlos

Resumo

O neoliberalismo é uma corrente econômica e política que ganhou força nos anos 1970, defendendo a liberdade econômica e a primazia do mercado na regulação da economia. Seus principais pilares incluem a desregulamentação, a redução da intervenção estatal e a privatização de empresas públicas, com a crença de que o setor privado é mais eficiente e capaz de oferecer serviços de melhor qualidade a custos menores

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Liberdade Econômica, Privatização.

Abstract

Neoliberalism is an economic and political current that gained strength in the 1970s, defending economic freedom and the primacy of the market in the regulation of the economy. Its main pillars include deregulation, the reduction of state intervention and the privatization of public companies, with the belief that the private sector is more efficient and able to offer better quality services at lower costs

Keywords: Neoliberalism, Economic Freedom, Privatization.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é uma corrente de pensamento econômico e político que ganhou destaque a partir da década de 1970, com o foco em defender a primazia do mercado como mecanismo de regulação da economia, dando ênfase na importância da liberdade econômica, argumentando que indivíduos e empresas devem ter a liberdade de tomar decisões econômicas sem interferência estatal excessiva, onde um dos seus principais pilares é a desregulamentação dos mercados, com a crença de que a remoção de restrições e regulamentações permitirá um ambiente mais competitivo e eficiente, como também, procura promover a privatização de empresas estatais, sustentando que a gestão privada é mais eficiente do que a pública, sob a premissa de que o setor privado pode oferecer melhores serviços a custos mais baixos (HARVEY, 2005, p. 64; DARDOT; LAVAL, 2016, p. 112).

E baseada nesta filosofia neoliberal, que defende também um Estado menor,

instigando para a diminuição dos gastos públicos, e assim permitindo que o governo se concentre em funções essenciais, como a defesa e a manutenção da lei e da ordem, surgindo desigualdades sociais mais fortes e mais presentes na sociedade.

O neoliberalismo coloca o mercado como o principal mecanismo para alocar recursos, postulando que a competição leva à inovação e ao progresso, e na teoria assume que os indivíduos são agentes racionais que tomam decisões baseadas em interesses próprios, o que, segundo essa visão, resulta em melhores resultados econômicos, criticando as políticas de bem-estar social, argumentando que elas podem criar dependência e desincentivar à iniciativa individual, o que tem gerado debates acalorados, especialmente em relação às suas implicações sociais e econômicas, como desigualdade e crises financeiras. (ANDERSON, 1995)

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e explicativo, com base em uma abordagem teórico-crítica. A investigação desenvolve-se a partir de uma análise bibliográfica e documental, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais, da economia política e da educação, com o objetivo de compreender os efeitos do pensamento neoliberal e da lógica capitalista sobre a economia brasileira e a desigualdade social, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O método adotado pauta-se na análise crítico-dialética, que permite interpretar os fenômenos sociais como construções históricas e estruturais, inseridas em uma totalidade dinâmica e contraditória (MARX, 1867; MINAYO, 1994). A partir desse referencial, buscou-se identificar as mediações entre as políticas neoliberais implementadas no Brasil desde os anos 1990 e seus impactos sociais, econômicos e educacionais, com destaque para os processos de precarização do trabalho, exclusão social e aprofundamento das desigualdades.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em obras de autores como David Harvey (2005), Amartya Sen (1999), Pierre Bourdieu (1979), Jessé Souza (2017), Florestan Fernandes (1975), entre outros, que oferecem diferentes perspectivas sobre as relações entre capitalismo, neoliberalismo, pobreza e desigualdade. Também foram

mobilizadas contribuições de teóricas feministas e interseccionais, como Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019) e Silvia Federici (2019), para analisar os recortes de gênero, raça e classe social no fenômeno da pobreza e na distribuição desigual dos impactos das políticas econômicas.

No campo educacional, a análise foi subsidiada pelas ideias de Paulo Freire (1996), Gaudêncio Frigotto (2003, 2018) e outros autores que discutem o papel da educação crítica frente às contradições do modelo neoliberal, especialmente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos e à educação financeira emancipatória.

Complementarmente, utilizou-se a análise documental de dados estatísticos e relatórios de órgãos públicos como o IPEA, IBGE, INEP e OCDE, com o intuito de contextualizar empiricamente as reflexões teóricas, possibilitando a articulação entre as abordagens conceituais e a realidade social brasileira. Tais dados foram utilizados para ilustrar a concentração de renda, os índices de pobreza, os investimentos públicos e as desigualdades regionais.

A metodologia proposta, portanto, visa à construção de uma compreensão crítica e interdisciplinar dos impactos do neoliberalismo no Brasil, promovendo o diálogo entre teoria e prática, com vistas à proposição de alternativas mais justas e sustentáveis de desenvolvimento e de educação.

A LÓGICA CAPITALISTA ENQUANTO ASPECTOS DETERMINANTES NA ECONOMIA E NA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

O neoliberalismo, que enfatiza a redução do papel do Estado na economia, a liberalização do comércio e a desregulamentação, ganhou força no Brasil com o Plano Real e as reformas dos anos 90, trazendo consigo algumas de suas principais características que incluem principalmente as privatizações, onde muitas estatais foram privatizadas, o que, em teoria, deveria aumentar a eficiência e a competitividade, e no entanto, resultou em perda de empregos e serviços essenciais em áreas menos lucrativas.

A austeridade fiscal, onde foram adotadas medidas para controlar a inflação que provocaram cortes em programas sociais e investimentos públicos, afetando diretamente as classes mais vulneráveis; e a desregulamentação do mercado de trabalho e o incentivo ao capital financeiro, onde foram priorizados os lucros em detrimento do

bem-estar social, contribuindo para a precarização das relações de trabalho. Essas políticas tinham como objetivo modernizar a economia, promover a eficiência e integrar o Brasil à economia global, sendo um dos seus marcos das políticas neoliberais aqui no Brasil, o programa de privatização de empresas estatais, como a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), a Companhia Vale do Rio Doce (Vale) e diversas empresas do setor energético, visando reduzir a presença do Estado na economia e aumentar a eficiência das empresas. (HOBSBAWN, 2002)

Além disso, houve uma desregulamentação em diversos outros setores, buscando reduzir a burocracia e facilitar a entrada de novos players no mercado, incluindo mudanças nas regras trabalhistas e nas normas de proteção ao consumidor; e assim foi se promovendo a liberalização do comércio, com a redução de tarifas e a eliminação de barreiras comerciais, visando aumentar a competitividade da economia brasileira e atrair investimentos estrangeiros. O Plano Real, implementado em 1994, foi uma medida crucial para estabilizar a economia, controlar a hiperinflação e introduzir uma nova moeda, que é o real; que embora não seja exclusivamente neoliberal, suas consequências favoreceram o ambiente neoliberal. *O “[...] Real foi um projeto de estabilização que, ao domar a inflação, inadvertidamente facilitou a adoção de reformas alinhadas ao receituário neoliberal [...]”* (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 78) e a “[...] A desregulamentação e a flexibilização trabalhista, embora atraíssem investimentos, ampliaram a precarização do trabalho [...]” (DEDECCA, 2010, p. 56).

A partir daí, o governo buscou ainda atrair capital externo por meio de incentivos e garantias, promovendo um ambiente favorável para investidores internacionais, que se traduziram também na redução dos gastos públicos, com cortes em programas sociais e na adoção de uma agenda de austeridade fiscal, realizando reformas trabalhistas que buscavam flexibilizar as leis, aumentando a competitividade das empresas e reduzindo os custos de contratação, e por consequência, em sua maior parte, prejudicando o (a) trabalhador (a) e a qualidade de vida da população brasileira.

Tais políticas geraram intensos debates no Brasil, visto que enquanto alguns defendem que contribuíram para a modernização e crescimento da economia, críticos apontam que os resultados foram vistos através do aumento da desigualdade, precarização do trabalho e desmonte de direitos sociais; provocando, por consequência destas mudanças, a partir de 2010, crise econômica e mudança nas prioridades políticas,

havendo uma revisão dessas políticas, refletindo uma crescente insatisfação popular e um novo ambiente econômico.

Os impactos econômicos do neoliberalismo têm sido amplamente debatidos e podem ser analisados sob várias perspectivas, visto que em muitos países, as políticas neoliberais resultaram em um crescimento econômico significativo, especialmente nas décadas de 1990 e 2000, onde com a liberalização do comércio e a privatização de empresas estatais foram identificadas como fatores que estimularam a eficiência e a competitividade, sendo que, apesar desse crescimento, o neoliberalismo também está associado ao aumento da desigualdade de renda e riqueza, pois a concentração de capital e os benefícios das políticas de desregulamentação e privatização frequentemente favorecem uma pequena elite, enquanto amplos segmentos da população ficaram marginalizados¹.

Além disso, a flexibilização das leis trabalhistas e a desregulamentação do mercado de trabalho levaram à precarização de empregos, resultando em condições de trabalho mais vulneráveis, aumento do emprego informal e diminuição de direitos trabalhistas, principalmente devido às políticas neoliberais que frequentemente incluem a redução de gastos públicos, impactando programas sociais, saúde e educação, o que gerou críticas sobre os efeitos negativos na qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

A liberalização financeira e a desregulamentação também contribuíram para as crises financeiras em vários países, onde pela busca da maximização de lucros levou a riscos excessivos, culminando em bolhas financeiras e colapsos, como a crise de 2008, como também, ao dar ênfase à atração de investimentos estrangeiros pode criar uma dependência econômica que torna os países vulneráveis a flutuações globais, resultando em instabilidade econômica quando a confiança dos investidores diminui.

O lado positivo do neoliberalismo é que ele incentiva a inovação e a competitividade entre setores diversos, estimulando o desenvolvimento tecnológico e a eficiência empresarial, mas no contraponto desta afirmativa, temos a percepção de que as políticas neoliberais geralmente favorecem as regiões mais desenvolvidas em detrimento de áreas menos favorecidas, o que contribui para o exacerbamento das

¹ HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

desigualdades regionais, variando amplamente conforme os diferentes locais e contextos; provocando que as opiniões sobre os efeitos do neoliberalismo sempre ficam polarizadas, enquanto existe a celebração com os avanços econômicos por uns, existem outros que criticam os custos sociais e a desigualdade resultante.

Como mencionado anteriormente, as políticas neoliberais beneficiam regiões mais desenvolvidas, exacerbando desigualdades regionais e deixando áreas menos favorecidas em situação de vulnerabilidade social, trazendo o argumento de alguns críticos que o neoliberalismo pode minar a democracia ao priorizar interesses corporativos sobre os direitos dos cidadãos, resultando em políticas que não refletem a vontade popular. Por fim, o foco no crescimento econômico e na maximização de lucros pode levar à exploração excessiva dos recursos naturais e à degradação ambiental, com consequências prejudiciais para o planeta, onde tais críticas refletem numa visão de que o neoliberalismo, ao priorizar o mercado e a eficiência econômica, ignora importantes dimensões sociais e éticas, resultando em custos significativos para a sociedade e o meio ambiente.

O cenário atual da economia brasileira, marcado por profundas desigualdades e desafios estruturais, vem sendo influenciada pelas políticas neoliberais por décadas, visto que à medida que o país busca se recuperar de crises econômicas e sociais, sempre surge à necessidade de refletir sobre como essa trajetória pode evoluir e quais modelos econômicos podem ser adotados para promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

A continuidade das políticas neoliberais, caracterizadas pela ênfase na desregulamentação, privatização e austeridade fiscal, pode exacerbar as desigualdades existentes e limitar o acesso a serviços essenciais, visto que a partir da redução de gastos públicos em áreas como saúde, educação e assistência social compromete o bem-estar da população e alimenta a marginalização de grupos vulneráveis, sendo pontos cruciais para que aconteça uma avaliação se esse modelo é realmente sustentável em longo prazo ou se, pelo contrário, está levando a um ciclo de instabilidade e insatisfação social.

Dentro deste contexto, as perspectivas futuras exigem a construção de um novo paradigma econômico que supere as limitações do modelo neoliberal, articulando

crescimento econômico com justiça social. Tal modelo demandaria: uma abordagem holística que integre desenvolvimento produtivo e redistribuição equitativa de recursos; políticas públicas estruturantes que combinem inovação tecnológica com inovação social; e a promoção de economias alternativas - como a economia solidária e cooperativista - associada à garantia de direitos trabalhistas e proteção social ampliada. Essa transição paradigmática se mostra essencial para enfrentar as desigualdades estruturais e construir uma sociedade substantivamente mais inclusiva.

Nesse contexto, as perspectivas futuras para a economia brasileira também devem incluir uma reavaliação do papel do Estado, transformando-se num Estado que atue como um agente regulador, capaz de intervir em setores estratégicos da economia e garantir os direitos sociais, se transformando num governo que consiga equilibrar os interesses do mercado e as necessidades da população, implicando numa visão em que o Estado não apenas facilita o ambiente de negócios, mas também promova políticas ativas de inclusão social e combate à pobreza. E sendo assim, ao olhar para o futuro, é fundamental que o Brasil busque um modelo econômico que não apenas priorize o crescimento, mas que também promova uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos e garantir um futuro melhor para todos os cidadãos.

O pensamento neoliberal tem um impacto significativo na educação, moldando políticas que a tratam como 'bem de consumo' (FRIGOTTO, 2001, p. 58). Sob essa lógica, como crítica Frigotto (2003, p. 72), “[...] a escola torna-se 'produtiva' ao formar mão de obra técnica, mas 'improdutiva' para a formação crítica, limitando a capacidade dos (as) estudantes de questionar estruturas sociais [...]”. O resultado é uma população menos engajada civicamente, condicionada a aceitar as demandas do mercado como natura.

O foco em métricas de desempenho e eficiência muitas vezes se traduz em uma educação padronizada, onde o sucesso é medido pela obtenção de resultados em testes e avaliações, podendo levar a um ensino que valoriza a memorização e a reprodução de conteúdos em detrimento do pensamento crítico, da criatividade e da reflexão, deixando de lado a formação de cidadãos críticos, capazes de analisar e discutir questões sociais, políticas e econômicas, tornando tais análises como uma tarefa mais difícil.

A educação financeira crítica e o desenvolvimento de competências socioemocionais se revelando como eixo fundamental para formação cidadã integral. Mais do que simples instrumentalização técnica - reduzida ao ensino de planilhas e juros - uma abordagem transformadora da educação financeira deve, conforme defendem autores como Silva e Santos (2020), articular: a gestão pessoal do dinheiro; a análise das estruturas econômicas que produzem desigualdades; e as dimensões éticas das decisões financeiras coletivas. Essa tríade permite aos (às) estudantes não apenas administrar recursos, mas principalmente compreender seu papel como agentes econômicos conscientes em uma sociedade marcada por assimetrias (FRIGOTTO, 2018).

A relação entre o pensamento neoliberal e a educação destaca a necessidade de uma abordagem que transcenda a mera formação técnica, sendo fundamental que os sistemas educacionais promovam uma formação integral, que valorize tanto as habilidades práticas quanto o desenvolvimento de cidadãos (ãs) críticos (as) e engajados (as), o que requer uma reavaliação das políticas educacionais, que deve priorizar o acesso equitativo a uma educação de qualidade, capaz de formar indivíduos preparados para enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante do exposto, somente através da transformação desse cenário, que exige um compromisso conjunto de governantes, sociedade civil e setor privado, com a implementação de políticas públicas que integrem a diversidade social e econômica do Brasil, poderá romper com as estruturas que perpetuam a desigualdade e construir um futuro mais equitativo para todos, sendo a Educação Financeira, um instrumento auxiliar nesta transformação, que pode ser inserido através da educação nos seus diferentes níveis de ensino e modalidades.

A pobreza é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, que pode ter como definição uma condição em que indivíduos e famílias não dispõem de recursos suficientes para satisfazer suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação. Além de ser uma questão econômica, a pobreza envolve também aspectos sociais, culturais e políticos, onde muitas vezes, as pessoas em situação de pobreza enfrentam a exclusão social, a falta de acesso a serviços essenciais e a violação de seus direitos fundamentais, se

perpetuando como um ciclo vicioso, onde a falta de oportunidades impede o desenvolvimento pessoal e profissional, limitando a capacidade de melhorar suas condições de vida.

A pobreza não é apenas uma questão de renda; ela se manifesta de várias formas, incluindo a pobreza extrema, que leva à desnutrição severa e à falta de abrigo, e a pobreza relativa, que se refere a uma condição em que os indivíduos têm uma qualidade de vida. Já a lógica capitalista, que sempre prioriza o lucro e a acumulação de capital, chega para exacerbar a desigualdade social no Brasil, por apresentar aspectos relevantes, que incluem a concentração de riqueza, onde uma pequena parte da sociedade, chamada de elite, controla uma proporção significativa da riqueza, enquanto uma grande parte da população vive em condições de pobreza, sofrendo com a falta de acesso à educação de qualidade e saúde básica se perpetuam neste ciclo; a informalidade, trazendo a flexibilização das leis trabalhistas, que provocou um aumento do trabalho informal, que, embora ofereça alguma forma de renda, não garante direitos trabalhistas, nem proteção social; e a segregação urbana, com urbanização acelerada, sem planejamento, resultando em favelas e áreas de vulnerabilidade, enquanto bairros ricos prosperam e bairros pobres sucumbem, refletindo a segregação econômica e social.

Conforme evidenciado por Piketty (2014) e Harvey (2005), o neoliberalismo produz um paradoxo histórico: gera crescimento econômico enquanto aprofunda desigualdades. No Brasil, os 10% mais ricos concentram 59% da renda nacional, contra apenas 10,3% dos 40% mais pobres (IPEA, 2022), confirmando a tese da "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2005, p. 115). Entre 1994 e 2014, por exemplo, o PIB cresceu 42%, mas o coeficiente de Gini permaneceu estagnado em 0,53 (SOUZA, 2018, p. 77), demonstrando que a riqueza não se converte em equidade.

Essa dinâmica perversa alimenta crises sociais estruturais, como a subfinanciamento crônico do SUS – que recebe 4% do PIB, metade do recomendado pela OCDE (DRALBE; FAGNANI, 2020, p. 33) – e estimula reações populares organizadas. Movimentos como o MST (que ocupa 1% das terras improdutivas) e os atos pró-democracia de 2022 (com 500 mil pessoas nas ruas, segundo o Datafolha) exemplificam o que Gohn (2017, 145) chama de "reações orgânicas ao neoliberalismo". Tais resistências materializam o argumento de Singer (2018, p. 92) sobre as "sementes

de contestação" inerentes ao modelo, expressas em alternativas como economia solidária e orçamento participativo, que repensam a relação entre desenvolvimento e justiça social.

A intersecção entre o pensamento neoliberal e a lógica capitalista no Brasil tem gerado um cenário complexo e multifacetado de desigualdade social, onde uma das principais causas é devido às políticas que priorizam o mercado, onde muitas vezes, desconsideram as necessidades básicas da população, resultando na perpetuação de um ciclo de exclusão e pobreza que afeta milhões de brasileiros.

Ao enfatizar a redução do papel do Estado e a desregulamentação, irá contribuir para a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, enquanto vastos segmentos da população enfrentam dificuldades crescentes para acessar serviços essenciais, como saúde, educação, segurança, alimentação e moradia, com consequências evidentes, que partem do aumento na informalidade do trabalho, a precarização das condições laborais e maior vulnerabilidade das classes mais baixas, provocando a dependência de soluções temporárias e insustentáveis, contribuindo inclusive com as práticas políticas corruptas praticadas em nosso país.

Para termos avanços em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, é fundamental repensar as políticas econômicas e sociais adotadas pelo país, sendo necessário buscar modelos que promovam o crescimento econômico, priorizando a inclusão e a equidade; o que implica na necessidade da adoção de estratégias que possam garantir o acesso universal a direitos básicos, como educação de qualidade, saúde, e proteção social, além de incentivar o desenvolvimento sustentável que beneficie todos (as) os (as) cidadãos (ãs).

A compreensão dos aspectos teóricos e da mensuração da pobreza é essencial para desvendar a complexidade desse fenômeno e para a implementação de políticas eficazes de combate a ela. Isso porque a pobreza não se limita a uma simples análise econômica, exigindo a consideração de múltiplas dimensões, como a privação de recursos materiais, as barreiras de acesso à educação e à saúde, e a exclusão social.

A partir da análise de cada contexto, podemos ver que cada um apresenta particularidades que devem ser levadas em conta, como a cultura, a localização geográfica e as estruturas sociais, que também influenciam diretamente na experiência

da pobreza, exigindo abordagens adaptadas às necessidades específicas de cada comunidade, respeitando cada particularidade.

Somente por meio de uma análise abrangente e sensível às nuances locais será possível avançar na redução da pobreza e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A integração de dados quantitativos e qualitativos não apenas proporciona uma visão mais holística do problema, mas também permite a formulação de estratégias que vão além do alívio imediato das condições de vulnerabilidade. Essas estratégias devem promover mudanças estruturais capazes de enfrentar as raízes profundas das desigualdades

As abordagens clássicas da economia, como as teorias de Adam Smith (1776) e Thomas Malthus (1798), enfatizam a escassez de recursos e a falta de oportunidades de emprego como fatores centrais na geração da pobreza. Smith (1776) argumentava que a 'mão invisível' do mercado, se não regulada, poderia marginalizar os trabalhadores menos qualificados, enquanto Malthus (1798) alertava para os riscos do crescimento populacional desequilibrado. Em contrapartida, correntes contemporâneas, como a economia do desenvolvimento de Amartya Sen (1999), baseada na teoria das capacitações, e a abordagem de direitos humanos de Muhammad Yunus (2006), ressaltam que a pobreza é uma privação de liberdades fundamentais incluindo educação, saúde e moradia digna) e não apenas uma questão de baixa renda.

E sendo assim, a abordagem marxista (Federici, 2019; Marx, 1867) revela que a Matemática Financeira na EJA é uma ferramenta de emancipação para a classe trabalhadora, permitindo que os estudantes compreendam mecanismos de exploração como juros abusivos e endividamento, típicos do capitalismo financeirizado. Já a perspectiva freireana (Freire, 1996) destaca que o ensino contextualizado de conceitos como orçamento doméstico e taxas de juros pode ser uma prática pedagógica libertadora, transformando a sala de aula em espaço de conscientização sobre direitos econômicos.

A abordagem do capital cultural (Bourdieu, 1979) mostra que dominar conceitos financeiros básicos pode representar um importante recurso simbólico para populações marginalizadas, ajudando a romper com ciclos de exclusão bancária. Juntas, essas perspectivas comprovam que a educação financeira crítica na EJA é tanto um

instrumento de autonomia econômica quanto de transformação social. Além destas teorias, existem algumas teorias sobre a pobreza, que iremos apresentar a seguir:

A Teoria da Cultura da Pobreza, proposta por Oscar Lewis (1966), sugere que a pobreza não é apenas uma condição econômica, mas também um fenômeno sociocultural que gera uma subcultura com valores, crenças e comportamentos distintos, onde segundo Lewis, essa subcultura se forma em resposta às adversidades enfrentadas por indivíduos em situação de pobreza e é transmitida de geração em geração, perpetuando assim a condição de vulnerabilidade. Os elementos que caracterizam essa cultura incluem a resignação diante das dificuldades, à falta de planejamento em longo prazo e uma profunda sensação de impotência, e com essa aceitação passiva da situação provoca a uma internalização da pobreza, onde os indivíduos podem desenvolver uma percepção de que a mobilidade social é inatingível, que por sua vez, resulta em uma diminuição da ambição e da motivação para buscar alternativas que poderiam melhorar suas condições de vida.

Lewis (1966) argumenta que, ao viver em um ambiente onde as oportunidades são limitadas e as expectativas são baixas, os indivíduos acabam adotando comportamentos que reforçam essa dinâmica, como a falta de investimentos em educação e a priorização da sobrevivência imediata em detrimento de objetivos em longo prazo, ou seja, a cultura da pobreza cria um ciclo vicioso que se torna difícil de quebrar.

Essa teoria tem gerado debates e críticas ao longo do tempo, pois embora a cultura da pobreza ofereça insights valiosos sobre as experiências de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, ela pode também simplificar a complexidade das causas da pobreza e desconsiderar fatores estruturais, como desigualdades econômicas e políticas sociais insuficientes, e sendo assim, enquanto a Teoria da Cultura da Pobreza destaca a importância de compreender as dinâmicas sociais que envolvem a pobreza, também é ressaltada a necessidade de abordagens que integrem tanto os aspectos culturais quanto às condições estruturais que contribuem para a persistência desse fenômeno, e somente através de uma análise abrangente será possível desenvolver estratégias eficazes para a erradicação da pobreza e a promoção de uma verdadeira mobilidade social.

A Teoria Estruturalista da Pobreza, quando analisada a partir de autores brasileiros, revela como as desigualdades no Brasil são historicamente enraizadas e reproduzidas por estruturas econômicas, sociais e políticas excludentes. Conforme Florestan Fernandes (1975) a pobreza no país não é um acidente, mas um produto direto de um desenvolvimento capitalista dependente e excludente, marcado pela herança escravocrata e pela marginalização estrutural das classes populares. Jessé Souza (2017) avança nessa análise ao argumentar que a pobreza brasileira é sistematicamente reproduzida por uma "ralé estrutural", formada por trabalhadores precarizados que são mantidos à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico. Ele destaca como o racismo estrutural e a desigualdade de gênero funcionando como mecanismos de manutenção da exclusão social, limitando o acesso de populações negras, periféricas e mulheres a empregos dignos, educação de qualidade e saúde pública eficiente.

Além disso, Tereza Campello (2018), em *O Brasil Sem Miséria*, ressalta que a falta de políticas públicas universais e a perpetuação de estigmas sociais agravam a vulnerabilidade de grupos marginalizados. Ela demonstra como programas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, que foram essenciais para reduzir a pobreza extrema, mas que suas limitações estruturais (como a focalização e a descontinuidade política) revelam a necessidade de mudanças mais profundas no modelo econômico.

Milton Santos (2000) critica a globalização excludente e a financeirização da economia como fatores que intensificam a pobreza no Brasil, pois concentram renda e fragilizam o Estado na garantia de direitos básicos. Sua análise reforça que a superação da pobreza exige não apenas políticas assistenciais, mas transformações estruturais no sistema econômico e na gestão pública.

Por fim, a Teoria Estruturalista enfatiza que a erradicação da pobreza requer uma abordagem integrada, que leve em consideração tanto as causas estruturais quanto os contextos sociais em que a pobreza se manifesta, e assim, somente por meio de mudanças profundas nas estruturas sociais e econômicas será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham a oportunidade de prosperar.

A Teoria da Escolha Racional, desenvolvida por Gary Becker em 1964, propõe que os indivíduos tomem decisões com base em uma avaliação racional das opções

disponíveis e dos recursos que possuem, onde dentro dessa perspectiva, a pobreza é entendida como um resultado de decisões que, muitas vezes, são desfavoráveis ou decorrentes da falta de oportunidades adequadas no ambiente em que a pessoa está inserida.

Becker (1964) argumenta que as pessoas, ao fazerem escolhas, consideram os custos e benefícios de cada opção, buscando maximizar sua utilidade, e sendo assim, quando os indivíduos estão em situações de pobreza, suas decisões podem ser influenciadas pela escassez de recursos, pela falta de informações ou pela ausência de alternativas viáveis. Por exemplo, a decisão de não investir em educação pode ser vista como uma escolha racional em um contexto onde os retornos desse investimento são incertos ou onde o acesso a instituições de ensino é limitado.

Esta teoria enfatiza a importância de expandir as oportunidades e os recursos disponíveis para os indivíduos, e isso envolve não apenas a criação de empregos e o acesso à educação de qualidade, mas também a promoção de políticas que garantam igualdade de oportunidades, permitindo que todos tenham a chance de tomar decisões que possam melhorar sua situação econômica, sendo investimentos em infraestrutura, saúde e programas de capacitação profissional algumas das estratégias sugeridas para ampliar essas oportunidades.

Além disso, a Teoria da Escolha Racional implica que, ao proporcionar um ambiente mais favorável, os indivíduos estarão mais propensos a tomar decisões que levem à melhoria de suas condições de vida, e isso irá reforçar a ideia de que a pobreza pode ser combatida não apenas por meio de assistência direta, mas também através de intervenções que empoderem as pessoas a tomarem decisões mais informadas e benéficas para seu futuro; no entanto, essa abordagem também enfrenta críticas, onde alguns estudiosos argumentam que a Teoria da Escolha Racional pode simplificar demais as complexidades da pobreza, ignorando fatores sociais, culturais e estruturais que afetam as decisões das pessoas, e sendo assim, uma compreensão mais holística da pobreza deve integrar essa teoria com outras perspectivas, reconhecendo que as escolhas individuais são frequentemente moldadas por um contexto mais amplo.

A Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1961; BECKER, 1964) defende que investimentos em educação, saúde e qualificação profissional são essenciais para

umentar a produtividade e reduzir a pobreza. Segundo essa abordagem, a falta de conhecimentos e habilidades limita as oportunidades no mercado de trabalho, perpetuando a exclusão (HANUSHEK & WOESSMANN, 2008).

No entanto, críticos como Bourdieu (1979) e Sen (1999) argumentam que essa visão é insuficiente, pois ignora desigualdades estruturais como racismo, concentração de renda e acesso desigual a oportunidades. Jessé Souza (2017) destaca que, no Brasil, mesmo com mais escolaridade, trabalhadores pobres enfrentam barreiras com. Políticas eficazes devem, portanto, combinar educação de qualidade (como defendido por Schultz e Becker) com medidas redistributivas (SEN, 1999) e inclusão produtiva (CAMPELO, 2018), garantindo que o capital humano se traduza em mobilidade social real.

A Teoria dos Recursos e Capacidades, desenvolvida por Amartya Sen (1999), oferece uma perspectiva transformadora para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Popular. Ao definir a pobreza como privação de capacidades - e não meramente de renda -, Sen amplia o horizonte das políticas educacionais. Na EJA, essa abordagem significa compreender que alfabetizar vai além de decodificar letras: trata-se de capacitar os sujeitos para exercerem plenamente sua cidadania. Como aponta Freire (1968), a educação popular deve ser um ato político de libertação, onde educadores e educandos colaboram para desvelar e transformar as estruturas opressoras.

A teoria seniana (1999) revela como educação, saúde e trabalho formam um ciclo virtuoso no combate à pobreza. Uma pessoa sem acesso à saúde preventiva dificilmente terá condições de aprender e trabalhar plenamente. No contexto da EJA, isso exige políticas intersetoriais que integrem: formação profissional, atendimento básico de saúde e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Programas como o PROEJA demonstram na prática essa integração, combinando qualificação profissional com elevação de escolaridade. No entanto, como alerta Bourdieu (1979), de nada adianta investir em capital humano sem enfrentar as barreiras estruturais do racismo, da desigualdade de gênero e da precarização do trabalho.

Implementar a abordagem de Sen (1999) na EJA exige superar três grandes desafios: primeiro, romper com o modelo bancário de educação, substituindo-o por metodologias participativas; segundo, garantir infraestrutura adequada (transportes, alimentação, materiais didáticos); terceiro, formar educadores capazes de trabalhar a

partir da realidade dos estudantes. Como mostra Arroyo (2005), a EJA deve reconhecer os saberes populares e articular-se com as lutas sociais. Nesse sentido, as tecnologias sociais desenvolvidas por movimentos como o MST - que combinam alfabetização, agroecologia e cooperativismo - oferecem inspiração concreta para uma educação verdadeiramente emancipatório.

A criação de oportunidades econômicas também desempenha um papel vital na vida desta camada da população, e para isso ocorra, a inclusão do fomento ao empreendedorismo, a implementação de programas de capacitação profissional e a promoção de um ambiente de negócios que favoreça a inclusão e a equidade são meios que podem auxiliar nesta mudança de situação, pois quando as pessoas têm a chance de desenvolver suas habilidades e participar da economia, elas não apenas melhoram suas próprias condições de vida, mas também contribuem para o crescimento econômico e social da comunidade, ou seja, a Teoria dos Recursos e Capacidades de Amartya Sen (1999) enfatiza que a luta contra a pobreza deve ir além da simples busca por maior renda, se faz necessário adotar uma abordagem holística que priorize a liberdade e a capacidade dos indivíduos de perseguir suas próprias visões de uma vida boa, e como consequência disto construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos têm a oportunidade de realizar seu potencial.

E por último, aparece a Teoria da Exclusão Social, que aborda a pobreza a partir da perspectiva da marginalização e do desempoderamento de indivíduos e grupos dentro da sociedade, dando ênfase que a pobreza não é apenas uma questão de insuficiência de recursos financeiros, mas também uma condição que resulta da exclusão de pessoas dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que moldam suas vidas, onde de acordo com essa teoria, a exclusão social pode manifestar-se de várias formas, incluindo a falta de acesso a serviços essenciais, a limitação de oportunidades de emprego e a ausência de representação política.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A ÓTICA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E FINANCEIRAS

A EJA no Brasil enfrenta um paradoxo: enquanto a teoria de Sen (1999) defende a educação como expansão de capacidades, os dados do INEP (2022) mostram que apenas 34% dos matriculados concluem o ensino fundamental. Essa contradição

reflete o abismo entre o direito formal e o acesso real à educação de qualidade, conforme critica Arroyo (2005). A realidade das salas de aula da EJA evidencia desafios estruturais: 72% dos estudantes trabalham em empregos informais (IBGE, 2023), o que limita sua frequência escolar.

Bourdieu (1979) ajuda a entender como a desigualdade social se reproduz na EJA. A PNAD Contínua (2022) revela que 68% dos alunos são negros e 60% têm renda familiar inferior a um salário mínimo e meio. Esses dados confirmam que a escola, longe de ser um espaço neutro, reflete as hierarquias sociais. Apesar disso, experiências como as Escolas Municipais do Rio de Janeiro, que integram formação profissional e educação básica, mostram que quando se aplicam os princípios de Freire (1968) - partindo da realidade do aluno - os índices de evasão caem 40% (SMERJ, 2023).

Os avanços são possíveis, mas exigem políticas articuladas. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) previa universalizar a EJA até 2024, mas apenas 45% dos municípios cumpriram a meta (Todos Pela Educação, 2023). Como propõe Sen (1999), é preciso ir além da matrícula: garantir transporte, material didático contextualizado e formação docente específica. O Programa Brasil Alfabetizado, por exemplo, aumentou em 25% a conclusão do ensino fundamental quando combinou alfabetização com qualificação profissional (MEC, 2022). Na rede municipal de João Pessoa, dados da Secretaria Municipal de Educação (2023) indicam que João Pessoa atingiu 58% da meta de universalização da EJA, superando a média nacional (45% - Todos Pela Educação, 2023).

Embora Marx (2013) não tenha tratado da educação financeira diretamente, suas teorias sobre classe, alienação e a crítica ao capitalismo oferecem um contexto valioso, pois com a aplicação da educação financeira, ao capacitar indivíduos, pode ser uma forma de resistência às desigualdades e um passo em direção a uma maior autonomia econômica, e sendo assim, refletir sobre a educação financeira através da lente do pensamento marxista pode enriquecer a compreensão sobre como o conhecimento financeiro pode impactar a luta por justiça social e equidade; visto que suas ideias oferecem uma base interessante para refletir sobre o tema.

Na relação de classe e capital, Marx (2013) argumentava que a estrutura econômica de uma sociedade molda suas relações sociais, e assim, no contexto da

educação financeira, isso sugere que o acesso a conhecimentos sobre finanças é muitas vezes desigual, refletindo as disparidades de classe, visto que as classes mais favorecidas geralmente têm acesso a uma educação financeira de qualidade, enquanto as classes trabalhadoras muitas vezes são deixadas à margem.

Na questão sobre a alienação e consumo, Marx (2013) apresenta a alienação do trabalhador sob o capitalismo, onde este se torna um mero instrumento de produção, e nesse ponto, a educação financeira pode ser vista como uma ferramenta para empoderar os indivíduos, ajudando-os a entender suas finanças e a tomar decisões mais conscientes sobre consumo e investimento, combatendo assim a alienação.

Quando tratamos das críticas ao capitalismo realizadas por Marx, ele argumentava que o capitalismo leva à exploração e à desigualdade, e desta forma a educação financeira ajuda a mitigar esses efeitos, fornecendo às pessoas as habilidades necessárias para gerenciar suas finanças e, idealmente, resistir à exploração financeira. E finalmente, quando se trata da consciência de classe, para Marx, a consciência de classe era essencial para a emancipação, e fica muito evidente que a educação financeira pode fomentar essa consciência, permitindo que os indivíduos compreendam seu lugar na estrutura econômica e social e incentivando ações coletivas para promover mudanças.

Acreditamos que um dos principais objetivos da educação, e por consequência da educação financeira inserida dentro deste contexto é estimular a reflexão, promover o posicionamento crítico e cultivar o hábito de questionar, e assim contribuir para que o (a) educando (a) desenvolva uma percepção mais profunda do mundo em que vive, capacitando-o a se tornar um agente efetivo de transformação social.

Embora o contexto histórico atual seja bem diferente do século XIX e algumas previsões de Marx (2013) sobre o modo de produção burguês não tenham se concretizado como ele previu, acreditamos que a análise que ele fez da dinâmica capitalista foi feita com notável profundidade, visto que a engrenagem peculiar do capitalismo, suas particularidades mais evidentes e o impacto negativo que provoca na classe trabalhadora são contribuições inegáveis deixadas por Marx (2013) e que permanecem altamente relevantes nos dias de hoje.

Ainda observamos que atualmente temos uma sociedade marcada por

profundas divisões econômicas e sociais, sendo os trabalhadores, de maneira geral, presentes em uma contínua exploração, alienação e sendo tratados como mercadorias, refletindo a crítica marxista à desumanização dentro do sistema capitalista, em que essa exploração não se limita à esfera econômica; mas se estende aos aspectos culturais e sociais, onde a identidade e a dignidade do trabalhador são frequentemente desconsideradas.

As ideias de Marx (2013) não apenas ecoam na análise das condições laborais contemporâneas, mas também instigam um questionamento sobre as estruturas de poder e a necessidade de uma transformação social significativa, trazendo através da relevância de suas teorias o convite à reflexão sobre como construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde o valor do trabalho humano seja reconhecido e respeitado. Em um mundo cada vez mais complexo, a crítica marxista nos desafia a repensar nossas relações sociais e econômicas e a buscar alternativas que visem à emancipação dos trabalhadores.

Dentro do contexto da sociedade brasileira reflete esse panorama de exclusão e opressão, que têm sido constantes na sociedade, e por este motivo, defendemos o papel transformador que a educação libertadora pode desempenhar na superação desse quadro, contribuindo para a construção de uma realidade mais equitativa e ética, investigando e aprofundando os conhecimentos inerentes a Educação Financeira sobre uma prática educativa que se configura como um componente teórico da práxis revolucionária, ou seja, na busca de uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdos curriculares, que essa abordagem educacional proporcione aos educandos a oportunidade de desenvolver um pensamento autônomo, habilidades de reflexão e uma postura crítica diante da realidade, com o sentimento desafiador de intervir conscientemente nas estruturas opressoras e desiguais que desumanizam milhões de pessoas, através de uma educação libertadora que funcione como um catalisador para a conscientização e a ação, capacitando os indivíduos a reconhecerem e confrontarem as injustiças sociais que os cercam.

Acreditamos que através da promoção de uma educação crítica e emancipadora enriqueça o conhecimento dos educandos, mas também os prepare para serem agentes de mudança em suas comunidades, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e humano, apresentando a educação como um convite à transformação, onde a

educação se torna um caminho para a liberdade e a equidade, desafiando as dinâmicas de opressão que ainda permeiam a sociedade brasileira.

Marx entendia a educação como um reflexo direto das condições sociais e econômicas de sua época, argumentando que o sistema educacional, em muitos casos, não apenas reproduzia as desigualdades existentes, mas também as legitimava, servindo predominantemente aos interesses da classe dominante, sendo que para ele, a educação deveria ir além da simples transmissão de conhecimento; era um mecanismo que perpetuava a ideologia da classe dominante, moldando a forma como os indivíduos viam a si mesmos e seus devidos lugares na sociedade.

E foi assim, que ao invés de promover a emancipação e a crítica social, a educação frequentemente preparava os indivíduos para se integrarem ao sistema capitalista, aceitando passivamente suas posições dentro da hierarquia social. Esse processo contribui para a manutenção das relações de poder e das estruturas de opressão, provocando a limitação das possibilidades de transformação social e a conscientização crítica dos estudantes, mas o mais difícil de compreender, que mesmo com a evolução do mundo, das tecnologias e principalmente dos meios de comunicação, a educação, em grande parte, ainda desempenha esse papel até os dias atuais no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário, a educação, frequentemente vista sob a ótica neoliberal como um produto, perde a chance de formar cidadãos críticos e engajados, e a partir da educação financeira, que deve transcender a mera gestão do dinheiro, incorporando uma análise crítica das estruturas econômicas que moldam a vida cotidiana, dando ênfase em competências socioemocionais, como empatia e resiliência, pode ajudar a formar indivíduos mais conscientes de seu papel na sociedade, visto que a necessidade de um modelo econômico que promova justiça social e inclusão é urgente, com alternativas que considerem a sustentabilidade econômica, social e ambiental, sendo essenciais para reverter os danos do neoliberalismo e construir uma sociedade mais equitativa; e se a educação estiver alinhada a esses objetivos, ela pode ser um instrumento fundamental para capacitar cidadãos a navegar e transformar suas realidades, promovendo um futuro mais justo e sustentável.

A Teoria do Capital Humano enfatiza o investimento em educação e

habilidades como crucial para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza, visto que a falta de capital humano limita a produtividade e a ascensão social, e assim, políticas públicas que priorizam a educação e a saúde são essenciais, pois é uma forma de garantir que os indivíduos estejam preparados para o mercado de trabalho.

Embora Marx (2013) não tenha tratado diretamente da educação financeira, suas críticas ao capitalismo revelam a importância do empoderamento econômico; que através da educação financeira, ela pode ser vista como um meio de resistência às desigualdades, promovendo a autonomia e a conscientização crítica entre os indivíduos, devendo ser parte de uma educação mais ampla, que estimule a reflexão crítica e prepare os indivíduos para serem agentes de mudança em suas comunidades, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa, combatendo a pobreza, mas também promovendo uma consciência coletiva que desafia estruturas opressoras.

Do exposto, quanto à contribuição deste capítulo para análise do objeto de estudo Educação Financeira na EJA, buscou-se realizar uma análise crítica para contextualizar a pesquisa. Este capítulo estabelece as bases teóricas sobre como o neoliberalismo e a lógica capitalista trazem contribuições para a manutenção das desigualdades sociais no Brasil, o que justifica plenamente a necessidade de uma abordagem crítica na educação financeira para a modalidade EJA. Ao discutir conceitos como ‘concentração de riqueza’, ‘precarização do trabalho’ e ‘exclusão social’, o capítulo fornece o substrato necessário para compreender por que a integração entre ‘Educação Popular freireana’ e ‘Educação Matemática crítica’ se faz urgente. Em relação à problemática de pesquisa, que questiona como desenvolver a educação financeira na EJA de forma a promover autonomia econômica e consciência política, o capítulo demonstra como as estruturas econômicas neoliberais limitam o acesso a uma educação verdadeiramente emancipatória, reforçando a importância de abordagens pedagógicas que contestem essas estruturas. A análise sobre como a pobreza e a exclusão são resultados de um sistema econômico excludente justifica plenamente a proposta de uma educação financeira que vá além do aspecto técnico.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, que busca compreender como a educação financeira na EJA é abordada sob as perspectivas da Educação Popular e Matemática crítica, o capítulo contribui significativamente. Ele não apenas apresenta o referencial teórico necessário sobre desigualdades sociais, mas também incorpora autores

fundamentais como Marx, Freire e D'Ambrósio, que serão cruciais para a análise crítica dos materiais bibliográficos. Essa fundamentação teórica servirá como base para as categorias de análise que serão aplicadas posteriormente.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 1995.
- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BECKER, Gary Stanley. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 1979.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: ENAP, 2001.
- CAMPELLO, Tereza. *O Brasil sem miséria*. Brasília: MDS, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Educação matemática: da teoria à prática*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARLBE, Tiago; FAGNANI, Eduardo. Subfinanciamento da saúde pública no Brasil: uma análise da proposta de emenda constitucional do teto dos gastos. *Revista da USP*, n. 126, p. 26–41, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Flexibilização e precarização do trabalho no Brasil. In: BALTAR, P. et al. (org.). *Mercado de trabalho no Brasil: tendências recentes e questões em debate*. Campinas: IE-Unicamp, 2010. p. 55-79.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um clássico da crítica ao neoliberalismo em educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capital no Brasil: ajustando o ensino às novas exigências do capital*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2017.

HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. *The role of education quality in economic growth*. The World Bank, 2008.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INEP. *Censo da Educação Básica 2022*. Brasília: INEP, 2022.

IPEA. *Desigualdade de renda e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2022.

LEWIS, Oscar. *A cultura da pobreza*. In: *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MALTHUS, Thomas Robert. *Ensaio sobre o princípio da população*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Obra original de 1798).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. (Obra original de 1867).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHULTZ, Theodore W. *Investment in human capital*. The American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1–17, 1961.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Daniela; SANTOS, Rafael. Educação financeira crítica: reflexões para uma pedagogia do consumo consciente. *Revista Brasileira de Educação Financeira*, v. 2, n. 1, p. 18–35, 2020.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SMERJ – Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. *Relatório de Avaliação das Escolas da EJA*. Rio de Janeiro: SMERJ, 2023.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Obra original de 1776).

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

UNESCO. *Educação de Jovens e Adultos na perspectiva dos direitos humanos*. Brasília: UNESCO, 2010.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2006.